



OS NOVOS CENÁRIOS DA DINÂMICA AGRÍCOLA NA AMAZONIA: as empresas globais¹

Benjamin Alvino de Mesquita²

Resumo:

A comunicação se propõe a descrever a relação que há entre o cenário econômico internacional, liderado pela economia chinesa e a presença de grupos oligopolista do complexo do agronegócio (da soja, eucalipto, dendê e gusa) no controle da dinâmica agrícola da Amazônia. A presença do grande capital na Amazônia e do Estado não constitui novidade alguma. Mas a entrada de grandes empresas na estruturação da oferta e comercialização de commodities agrícolas muda a correlação de força em todos os aspectos. Se antes, com os fazendeiros já era desigual, agora, se torna muito mais complexa, pois o poder de barganha junto as mesmas torna-se impessoal e, as vezes, inalcançável. A resultante é um processo contínuo de expropriação que se visualiza em termos queda da produção de alimentos, mais concentração da terra e da renda e encolhimentos da agricultura familiar.

Palavras-Chave: Empresas Globais; Dinâmica Agrícola; Amazônia; China

Abstract

The Communication proposes to describe the relation between the international economic scene, led by the Chinese economy and the presence of oligopolistic groups of agribusiness complexes (soybean, eucalyptus, palm and pig) in the control of dynamic agricultural Amazon. The presence of large Amazon and capital of the state is not new. But the entry of large companies in structuring the offer and sale of agricultural commodities changes the balance of power in all aspects. If before, with farmers already was uneven, now becomes much more complex because the bargaining power along the same becomes impersonal and, sometimes, inalcançável. A result is a continuous process of expropriation that is viewed in terms decline in food production, more land concentration and income shrinks and family farming.

Keywords: Company Global; Dynamic Agrícola; Amazon; China

¹ A pesquisa que referencia o presente trabalho teve apoio financeiro da FAPEMA - Fundação e Apoio a Pesquisa do Estado do Maranhão –Brasil.

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: bamim@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

A comunicação se baseia em resultados de um projeto de pesquisa executado no âmbito da UFMA e apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) voltado a acompanhar a (re)-organização do espaço produtivo na Amazônia decorrente da presença de grandes grupos nacionais e internacionais em atividades do agronegócio, particularmente nas áreas de bicompostíveis, celulose e grãos. Ou seja, que impacto trouxe esse avanço de monoculturas industriais, como eucalipto, palma (dendê) e soja para áreas tradicionalmente voltada a alimentos básicos como mandioca, feijão e arroz. Embora esse avanço do capital no campo venha de longa data na Amazônia a presença destes megas grupos que dominam a comercialização, financiamento e, por vezes a produção, é nova e ganha relevância apenas neste século atual em razão fatores de externos (taxas elevadas de crescimento da economia Chinesa) e de facilidades internas, incentivos fiscais e financiamento público.

Esses e outros aspectos incrementou a expansão de destas atividades voltadas a exportação e tem interferido na oferta interna (redução) de produtos da cesta básica (arroz, mandioca e feijão) base da alimentação local. A redução drástica de produtos alimentícios, como o arroz e a farinha de mandioca, verificada neste cenário atual de expansão, põe em risco uma dieta milenar herdada de comunidades tradicionais e povos indígenas, cuja repercussão se traduz em um número significativo da população abaixo da linha de pobreza. A inserção da Amazônia, enquanto fornecedor de matéria-prima industrial transformou-a num locus privilegiado do agronegócio e, portanto das empresas globais. Uma pergunta que se poderia fazer então é o que afinal tem ocasionado esse ritmo frenético de ocupação e controle crescente de áreas cada vez maior por esse segmento do grande capital dominado por grupos empresários globais?

Para a consecução deste objetivo, a equipe de trabalho utilizou fundamentalmente de dados secundários do IBGE, Ministério da Agricultura, da pecuária e do Abastecimento (MAPA), associações de classes e de literatura pertinente ao objeto pesquisado. A comunicação está dividida em três partes, além da introdução. Na primeira se faz uma



descrição da presença de grandes grupos empresariais- nacionais e internacionais – com interesse na produção de monoculturas, chamando atenção para o poder que as mesmas detêm na organização, financiamento e comercialização destes produtos e do apoio que as mesmas têm recebido em termos de financiamento e de políticas setoriais governamentais. Ou seja, mostra-se que há uma relação importante entre esses dois elos, e a partir deles é possível perceber como se estabelece as estratégias de ampliação, reconfiguração e controle desta área objeto de expansão destes complexos . No item seguinte se mostra como tem avançado as monoculturas da soja, dendê e eucalipto a partir desta demanda criada pela China e as implicações desta expansão para a denominada agricultura familiar Por ultimo se faz algumas ponderações que esse avanço do agronegócio liderada por empresas globais e apoiada pelo estado pode trazer em termos e expropriação aos produtores excluídos deste modelo atual de expansão das monoculturas.

2 CRESCIMENTO ECONOMICO E EMPRESAS GLOBAIS.

O crescimento econômico recente da Amazônia é liderado pela presença de grandes empresas, particularmente em atividades e áreas articulada ao mercado externo, onde as commodities, nas ultimas décadas assumem um papel relevante, e como tal, a compreensão das transformações em andamento passa necessariamente por elas e também pelo poderoso braço do Capitalismo de Estado que volta neste inicio de século xxi. Os instrumentos governamentais de base fiscal e monetário além de outros utilizados pela antiga política de desenvolvimento regional, comuns e importantes no período do Estado desenvolvimentista (1970/1985) continuam sendo a marca registrada na atração de megas investimentos em pleno século xxi. Apesar dos equívocos do passado ocasionados por essa estratégia elitista, contemporaneamente ela continua utilizada.

O surpreendente crescimento econômico da China de 9,5% ao ano desde 1980 mudou não só a China, que tomou o segundo lugar do Japão, no ranking mundial das nações mais importantes economicamente falando, se transformou no maior exportador de manufatura do mundo, elas representam 46% do seu PIB; e também, um



dos maiores importadores de matéria-prima e alimentos do mundo.(IPEA,2011).Esse fenômeno, China,também desencadeou mudanças extraordinárias em outras economias, dentre elas a brasileira, a explosão da produção de bens intensivo em recursos naturais, com destaque as commodities agrícolas (matéria-prima e alimentos) e commodities do complexo mineral estão atrelados a este cenário internacional.

Essas mudanças permitiram que áreas de fronteira agrícola como a Amazônia, antes especializadas apenas no extrativismo e na pecuária extensiva, rapidamente se inserisse nesta corrente do comercio internacional e atraísse somas significativa de investimentos a expansão de monoculturas de grãos, eucalipto e dendê, além da pecuária.A floresta amazônica dar lugar ao deserto verde das culturas homogêneas. (MESQUITA, 2011).

O ultimo censo agropecuário de 2006 já revelava mudanças significativa em inúmeros aspecto da agricultura, mostrando entre outras coisas a pujança da mesma no aspecto da dimensão alcançada mas sobretudo em termos de inovação expressa na produtividade obtida,mas também mostrava o caráter heterogêneo e diferenciados que a caracteriza e o deslocamento de baixo para cima,senti sul,sudeste para Centro Oeste e Amazônia Esse fenômeno detectado naquele momento se acentua contemporaneamente em função de uma conjuntura internacional (crescimento da China) e nacional (preço atrativo da terra incentivo e financiamento publico) que atraem investimentos em atividades dominadas por grandes grupos olipolicos.

Neste cenário atual é possível apontar na Amazônia os agentes que estão na linha de frente desta transformação, as grandes empresas de diferentes ramos de atividades: tais como consultoria, engenharia, indústrias de processamento e de equipamentos, monoculturas de grãos, dendê, eucalipto além da pecuária bovina. Ou seja, é o avanço de setores olipogolizados do capital que dão o ritmo, isto é, a velocidade e, portanto são os agentes propulsores destas mudanças na Amazônia.

Esse quadro dominado por grandes empreendimentos capitalistas estão articulados aos mercados globais e financeiramente são muito poderosos. A entrada de somas consideráveis de investimentos estrangeiros diretos IED nos últimos anos



direcionados a atividades específicas do agronegócio e a crescente procura por terra por estrangeira são fatores que mostram o grau de interesse e as consequências que virão com esse novo quadro(CAMARA, 2011).

Apesar disso o financiamento público continua sendo peça importante no acionamento desta engrenagem, a participação estatal ocorre de forma direta ,via empréstimo, ou indiretamente, através de participação societário no empreendimento o principal agente é o BNDES, mas outros bancos estatais, o BASA, o BANCO DO BRASIL e fundos constitucionais FNE E FNO também se articulam ao diversos complexos do agronegócio para alavanca-los nesta a região, como o do dendê (óleo de palma ,usinas de processamento) ,da celulose (com diversas linhas de financiamento (a exemplo da produção de carvão, guserias e fabrica de celulose).As obras de infraestrutura são outras formas usada pelo estado,especialmente aquelas ligadas a logística de escoamento de grãos,como porto ,hidrovia,rodovias e ferrovias, para rebaixar custos de implantação e fator de atração a novos investimentos.

Outra peça importante deste tabuleiro diz respeito às grandes empresas de financiamento, comercialização e de processamento da produção. Embora haja dezenas de grupos nacionais de médio e grande porte que estão presentes nos diferentes elos de cada cadeia produtiva, sabe-se que no nível mais geral da circulação e do processamento, ele é dominados por grupos internacionais, verdadeiros cartéis do setor, poderosos, financeiro e politicamente em todos os países que tem relevância a produção de grãos,em especial a soja, e da distribuição dos seus derivados. São as formosas ABCD (ADM, Bunge, Cargill e LDC) que como controlam parcela significativa desta atividade do circuito da produção a comercialização,aqui estão presentes e são as principais engrenagens que explicam este avanço recente do agronegócio no Brasil e outros países onde atuam. No complexo da celulose (eucalipto) e do óleo de palma (dendê) também é povoado por gigantes como a VALE ,PETROBRAS, Suzano, GALP, Votorantin, todas empresas globais com enorme poder de mercado nos segmento onde atuam (MESQUITA,2012)



Estas empresas, sem dúvida, detêm um poder de mercado tão importante que sinalizam as tendências e estratégias e conseqüentemente a ampliação ou recuo da área plantada e/ou do processamento a ser feito, e claro, das exportações e mercado a atingir no médio e longo prazo. De forma que o avanço das áreas com dendê, eucalipto e soja nos biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônico se articula fundamentalmente a tais decisões empresariais do que de ações governamentais. Por sua vez, essa decisão das empresas, depende da tendência geral do crescimento econômico das economias que hoje ditam a dinâmica do mundo capitalista, a chinesa e a Americana, é da demanda destes dois gigantes que se compreende o rumo das mudanças no plano espacial e o ritmo frenético que assume determinada atividade frente as demais.

3 EXPANSÃO RECENTE DAS MONOCULTURAS NA AMAZONIA

Com a política neoliberal dos anos noventa, essa nova fronteira da produção, dominado por grandes empreendimentos capitalistas articulado ao mercado internacional se ampliou admiravelmente favorecendo a concentração e especialização da produção em poucos estados da região (Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão),; a privatização descomunal de terras e o cercamento de recursos naturais (áreas públicas) num amplo território amazônico.

A expansão de monocultura (soja, dendê e eucalipto) teve desempenho excepcional na Amazônia principalmente frente as culturas do mercado interno que cresceram lentamente ou negativamente (arroz e mandioca). Mesmo com o cotejamento com o Sul e o Sudeste aquela região se sobressaem pelo ritmo e dimensão da área ocupada no espaço curto de tempo. Enquanto o Brasil demora duas décadas para duplicar sua área com soja, a Amazônia legal em igual período mais do que quadruplica. Conforme mostra a tabela abaixo esse ritmo ainda é mais acelerado entre 2000 a 2010.



Tabela 1 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária

Lavoura temporária = Soja (em grão)

Brasil e Unidade da Federação	Variável X Ano							
	Área plantada (Hectares)				Área plantada (Percentual)			
	1990	2000	2005	2010	1990	2000	2005	2010
Brasil	11.584.734	13.693.677	23.426.756	23.339.094	25,1	30,0	40,4	39,2
Rondônia	4.640	11.800	75.275	122.743	1,2	3,44	19,4	26,9
Acre	-	-	55	100	-	-	0,05	0,09
Amazonas	-	1.060	2.256	180	-	0,71	1,37	0,13
Roraima	-	-	13.000	1.400	-	-	22,4	4,0
Pará	-	2.225	68.410	85.450	-	0,20	6,4	10,7
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	30.120	57.919	355.300	352.875	8,8	19,9	51,7	53,1
Maranhão	15.305	178.716	372.074	495.756	0,9	14,7	23,1	28,6
Mato Grosso	1.552.910	2.906.648	6.121.724	6.227.044	63,9	61,2	68,2	66,3

A última década do século xx marca a entrada da soja na Amazônia, com os estados de Rondônia, Tocantins e Maranhão, enquanto a primeira década do século xxi, insere a Amazônia verdadeira no ciclo da soja com o Pará e o Amazonas. Como se pode observar na tabela acima na década de noventa, a soja se restringia praticamente ao Mato Grosso, com inserção esporádica de outros estados da região. Posteriormente, este quadro, se altera consideravelmente, apesar do Mato Grosso ainda continuar como centro hegemônico da produção. Em 1990, cerca de 97% da soja estava no Mato Grosso, somente em 2005, outros estados ganham relevância como Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão. (IBGE, 2013)

Simultaneamente a essa expansão vigorosa da soja outras monoculturas, rapidamente despontam no cenário amazônico só que em ritmo menos acelerado, como o dendê e eucalipto. Ambas estão também articuladas a essa dinâmica externa e interna que lhe favorecem. De um lado o lançamento de programas voltados ao bicompostíveis e de substituição de importante de óleo de palma, e de outro lado, os preços e a demanda internacional crescente, que somados a oferta generosa de recursos públicos para



financiamento de tais investimento de longo prazo, constitui sem dúvida fator de atração para esse complexos agroindustriais que controlam esse segmento da celulose, gusa e biocombustíveis. Em termo espacial, nota-se que cada monocultura, se articula a um determinado território e apresenta um grau de concentração que varia ao longo do período, mas todas, no entanto tem como denominador comum o controle da cadeia por empresas globais.

Ao contrario da soja, onde as grandes estão no circuito do financiamento comercialização e na indústria a jusante, nestas monoculturas do dendê e eucalipto, a esfera da produção também é dominada por grandes empresas nacionais e internacionais, embora também terceirize a parte menor da sua oferta via a formação de fornecedores integrado (MAPA, 2007) Embora as monoculturas tenham representatividade apenas em poucos estados: Mato Grosso Amapá, Pará, Tocantins Maranhão, isso não tira sua importância, porque a velocidade e o tamanho da área ocupada e as perspectivas de ampliação é preocupante, em razão do formato deste avanço que tem como resultados a expropriação de pequenos e médio produtores e a concentração da terra inerente ao este processo de natureza extensivo de terra. (MESQUITA, 2009)

De acordo com as diferentes fontes, secretaria de Estado do Pará, sindicato e/ou associação de empresas, a expansão recente de monocultura é veloz e, as perspectivas são promissoras, as estimativas em termos de área não batem, mas há um denominador comum, em todas, as altas taxas de crescimentos

O Amapá, por exemplo, tem tradição na silvicultura (florestas) desde a época do projeto JARI (anos 70) e atualmente é um pólo em expansão com cerca de 60 mil hectares. Para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o estado hoje tem uma área aproximada de 275.900 ha, concentrada no Nordeste e Sudeste Paraense, principal área de oferta de carvão ao pólo guseiro de Marabá-Pa. Em função desta demanda inelástica de carvão vegetal do pólo guseiro instalados nas cidades de Açailândia-Ma e Marabá-Pa o plantio de eucalipto no Tocantins tem avançando rapidamente, embora esteja distante dos seus dois vizinhos produtores de ferro gusa Pará e Maranhão. Esse quadro deverá ganhar novos cenários em decorrência da instalação de novas de usinas de ferro gusa,



aciaria e duas fabricas de Celulose pelo GRUPO SUZANO neste eixo de influencia da Estrada de Ferro Carajás.(as informações é que as mesmas deverão ser instaladas (2013-2014- em Marabá, Açailandia e Imperatriz respectivamente).Provavelmente isso irá repercutir em área cada vez mais distante deste pólo ,como é o caso do Mato Grosso (MESQUITA,2012)

Outra monocultura importante é o dendê, tendo o Pará o monopólio do seu cultivo. Em função de um programa de incentivo Palma de Ouro, lançado pelo governo federal em 2010, que objetivo, cortar importações da Ásia; aumentar a oferta interna do óleo de palma, matéria-prima importante na mistura de óleo diesel,essa cultura tem avançado rapidamente varias regiões do estado, a estimativa é que área fica entre 150 a 180 mil hectares São três polos produtores consolidados,envolvendo nove municípios paraenses (Moju, Tailândia, Acará,Tomé-Açu, Bonito, Igarapé Açu, Santo Antônio de Tauá, Santa Izabel do Pará e Castanhal .Por outro lado com os incentivos governamentais há cerca de 20 empresas no mercado de produção agroindustrial da palma de óleo, e perfazem cerca de 118 mil hectares de área plantada com dendê no Brasil.

3.1 Cabo de Guerra Entre Agronegócio e Agricultura Familiar

A expansão de monocultura tem empurrado os pequenos produtores para áreas mais distantes contribuindo assim para a queda na produção. Em algumas regiões, caso do Pará, a expansão da soja e do dendê ocorre em cima de área degradadas (pecuária), em outros,como no Maranhão são áreas ocupadas anteriormente pela soja e também pela pecuária que dão lugar ao eucalipto .Mas de uma forma geral a parte significa da expansão se faz em áreas virgem do cerrado e florestas de transição com aval das secretarias de meio ambiente destes estados.

A concentração constatada no plano macro se reproduz em termos de meso, microrregiões e municípios. No caso da soja (2005) cinco microrregiões, controlam 86% da oferta deste produto e onze município de um total superior a uma centena chega a



concentrar 72% da produção total (soja).Essa tendência dissipa-se um pouco com o aumento da produção no Tocantins,Maranhão ,Rondônia e Pará

O caráter concentrador e de espacialização é explícito em todas as monoculturas, pois ela se concentra em pouquíssimos territórios frente ao universo de área disponibilizada. Especialmente, percebe-se que a dinâmica da atividade agrícola no seu sentido mais amplo, se localiza em poucas microrregiões da Amazônia!, Em outras palavras é neste território, imenso e também restrito, onde se aglutinam as atividades específicas, que hoje se encontra o principal e mais importante frente de expansão e concentração da produção do agronegócio regional em particular, aquelas mais lucrativas soja,dendê, eucalipto e pecuária, além do carvão vegetal

Pelo que foi dito a expansão vertiginosa de monoculturas, como a soja, eucalipto e dendê que se registra na Amazônia nas últimas décadas, aprofunda ainda mais aquele antigo padrão de ocupação e controle de território planejado estado e efetivada pela pecuária extensiva da Amazônia pós- anos 60.A diferença é que a decisão e a estratégia de ocupação saem do planejamento estratégica das empresas que normalmente estão preocupados é com a concorrência e portanto com os lucros que advirão desta maior ou menor inserção no mercado em que participa. Isto significa dizer que as questões mas macro,como a organização de uma estrutura produtiva integrada com a economia local/regional ou nacional nem sempre são levada em consideração,resultando daí conflitos que se espalham em diferentes direções, com prejuízos aos elos mais frágeis deste confronto. O mais visível é a disputa por terra e recursos financeiros, entre agricultores familiares e patronais. Como os resultados tem sido favorável da agricultura industrial aquela tendência histórica de expropriação agrária nas suas multi representações é reforçada.

Por exemplo, cerca de 46 % da área (ou 61 milhões) voltam-se a pecuária, enquanto para a lavoura não ultrapassa a 14%. Quer dizer, os 61 milhões de hectares de pastagem (plantada e natural) se juntam agora com os 9 milhões de hectares das monoculturas (soja ,eucalipto e dendê) existentes na Amazônia. Enquanto o uso destas se expande, de outro lado, o uso com produtos da agricultura familiar, particularmente a



mandioca e arroz, reduz ou cresce a taxa insignificante, conforme pode ser visto na tabela abaixo. Nota-se que ao longo das últimas décadas., em quase toda Amazônia houve uma perda da participação relativa destas culturas, enquanto em 1995 a mandioca representava 45 % da área de lavoura temporária na Amazônia, em 2000 era de 23% e 2010 era 18%.(IBGE,2006)

Tabela Participação relativa das culturas de soja, mandioca e arroz na lavoura temporária da Amazônia entre 1995 e 2010.

	1995	2000	2005	2010
1. Amazonas				
Soja	0	0,7	1,4	0,14
Mandioca	58	65	55	65
Arroz	9,2	11,6	7,4	3,4
2. Tocantins				
Soja	7,0	20	52	53
Mandioca	4,4	4,1	3,1	3,1
Arroz	57,4	51,2	29	21
3. Rondônia				
Soja	0,8	3,4	19,5	27,
Mandioca	8	5	7,3	6,5
Arroz	28,0	28,0	25,0	27,0
4. Pará				
Soja	-	0,2	6,5	11
Mandioca	33	27	30	37,5
Arroz	25	27	28	16

No caso dos Estados, o Amazonas e o Pará conseguem crescer modestamente, com a mandioca, o primeiro sai de 58% para 65% e o Pará de 33% para 37%. No caso da soja as taxas são crescentes e espetaculares, Tocantins e Rondônia mostram o ritmo da expansão saem de modestos percentuais 7% e 0,8 % para 53% e 27% respectivamente. O Pará dobra a área em cinco anos(.IBGE,2013).

A discrepância que há entre os produtores envolvidos que se reflete em inúmeros níveis, do cultural ao tecnológico, passando por uma gama variada de questões que permite se compreender o porquê de tanta diferenciação numa categoria que tem por



objetivo maior produzir alimentos e matéria-prima e assim garantir a segurança alimentar da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia neste contexto dos monocultivos e da exploração de recursos minerais tende a virá cada vez mais em um espaço estratégico e privilegiado do grande capital e, portanto das empresas globais. A consequência é uma reformulação radical do uso da terra nesta área que se desdobra em diferentes planos. A terra embora seja um ativo de pouco liquidez para o capital, neste cenário de demanda e preços favoráveis as commodities, ela assume pelo menos duas funções estratégicas, uma de antecipação(frente aos seus concorrentes) de controle de futuras áreas de expansão e outra de reserva de valor, além do aspecto puramente especulativo que poderá decorrer da limitação de áreas agricultáveis e de controle institucional a compra de grandes áreas terras a estrangeiras na Amazônia. .A resultante é um processo continuo de expropriação que se visualiza em termos queda da produção de alimentos, mais concentração da terra e da renda e encolhimentos da agricultura familiar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Relatório da Subcomissão destinada a, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras – SUBESTRA. 2011, 75p. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/subcomissoes/subestra-relatorio>>. Acesso em 11 de junho de 2012. INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Brasília: Divisão de fiscalização e controle de aquisição de terras por estrangeiros, 2011

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Desenvolvimento rural, cap. 7. Brasília: IPEA, 2011. pp. 231-286.



IMESC (instituto maranhense de estudo econômico e social e de cartografia). **A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão: diagnóstico e perspectivas**, relatório de pesquisa, São Luis-Ma, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1995-96 e 2006.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01 janeiro de 2013

MAPA. Secretaria geral de organização para exportação -CGOE, Brasília, 2007.

MESQUITA,B.A de.**Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/200**. São Luis. 2006 tese (doutorado).,co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA

-----Política Neoliberal e o Impacto na Expansão do Agronegocio na Amazônia Brasileira, in IV colóquio Internacional de la SEPLA ,Buenos Aires, 2008.

----- Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira :“sucesso”do agronegócio e tragédia do desmatamento. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevideú, Uruguay, 2009.

-----Boom agrícola na Amazônia Brasileira e as mudanças estruturais em andamento In: 13ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; San Jose da Costa Rica Costa Rica 2011